

Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

DOSSIÊ

Expressões contemporâneas
da questão agrária

v.31 n.1

Jan-Jun/2021

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA
Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Denise Maria Guimarães Freire

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA
Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA
Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO
Fátima da Silva Grave Ortiz

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE
Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORES ASSOCIADOS
Cleusa dos Santos UFRJ
Paula Ferreira Poncioni UFRJ
Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITORES AD HOC V.31 N.1
Maristela Dal Moro UFRJ
Elaine Martins Moreira UFRJ
Leile Teixeira UFRJ

EDITOR TÉCNICO
Fábio Marinho

REVISÃO
Andréa Garcia Tippi
Silvina Galizia (espanhol)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL
Angela Santana do Amaral UFPE
Antônio Carlos Mazzeo USP
Arthur Trindade Maranhão Costa UNB
Christina Vital da Cunha UFF
Clarice Ehlers Peixoto UERJ
Elenise Faria Scherer UFAM
Ivanete Boschetti UFRJ
Jean François Yves Deluchey UFPA
Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ
Marcos César Alvarez USP
Maria Cristina Soares Paniago UFAL
Maria Helena Rauta Ramos UFRJ
Maria das Dores Campos Machado UFRJ
Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ
Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ
Ranieri Carli de Oliveira UFF
Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO
Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS
Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA
Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ



Despejo das famílias do Acampamento Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio (MG), agosto de 2020. Foto: MST/MG.

Publicação indexada em:
[IBICT](#)
[Base Minerva UFRJ](#)
[Portal de Revistas da UFRJ](#)

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos
CEP 22.290-240
Rio de Janeiro - RJ

praiavermelha.ess.ufrj.br

[@revistapraiavermelha](https://www.instagram.com/revistapraiavermelha)

(55) (21) 3938-5386

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

 Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

 Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

Sumário

	Apresentação	5	
	<i>Maristela Dal Moro, Elaine Moreira & Leile Teixeira</i>		
ARTIGOS DOSSIÊ	Ecologização do capital agrário: novas fronteiras para a expansão capitalista	14	
	<i>Julio Cesar Pereira Monerat</i>		
	“Questão Social”, Questão Agrária e Dependência em debate	39	
	<i>Cristiane Francelina Dias & Vanderlei Martini</i>		
	Tendências contemporâneas da dinâmica capitalista na “zona da cana” nordestina	65	
	<i>Lucas Bezerra</i>		
	Expropriação da terra na Amazônia: participação do Estado e desigualdade socioeconômica	83	
	<i>Mônica de Melo Medeiros & Joana Valente Santana</i>		
	A (contra) reforma agrária no Rio de Janeiro: a atuação do Judiciário fluminense	109	
	<i>Jessica Soares Borges et alia</i>		
	Políticas públicas de colonización agraria en Uruguay (1923-2020)	134	
	<i>Agustin Juncal Perez</i>		
	Experiências de comercialização de cestas da agricultura familiar no Rio de Janeiro: uma proposta de tipologia	158	
	<i>Layssa Ramos Maia de Almeida et alia</i>		
	Projeto “Cestas Verdes”: uma experiência concreta de Segurança Alimentar e Nutricional	184	 Você está aqui.
	<i>Raquel Santos Sant’Ana, Gabriel Okubo Awazu Palma & Julia Gusmini</i>		
ENTREVISTA	Eronildes de Souza Fermin	208	
	<i>por Maristela Dal Moro, Elaine Martins Moreira & Leile Teixeira</i>		



Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Projeto “Cestas Verdes”: uma experiência concreta de Segurança Alimentar e Nutricional

Fome
Questão Agrária
Segurança Alimentar
Soberania Alimentar

O artigo apresenta o projeto “Cestas Verdes: o acesso à alimentação saudável por parte da população vulnerável em Franca”, realizado em 2020. Foi uma iniciativa que levou alimentos saudáveis direto de pequenos produtores para as famílias usuárias da política de assistência social; envolveu ainda a universidade pública e outras entidades populares. O artigo traz o debate sobre a fome e sua explícita relação com o modelo predatório de agricultura, apresenta os marcos legais da política de Segurança Alimentar Nutricional (SAN) e a importância da soberania alimentar; por fim detalha a execução do projeto e sua importância.

Raquel Santos
Sant’Ana

Livre Docente da
Faculdade de Ciências
Humanas e Sociais da
UNESP-Franca
raquel.santana@unesp.br

Gabriel Okubo
Awazu Palma

Bacharelado em
Relações Internacionais
na UNESP-Franca
gabrielokubopalma@hotmail.com

Julia Gusmini

Bacharelada em História
na UNESP-Franca
juliagusmini@gmail.com

“Cestas Verdes” Project: a concrete experience of Food and Nutritional Security

This article presents the project “Cestas Verdes: o acesso a alimentação saudável por parte da população vulnerável em Franca”, executed in 2020. It was an initiative that took healthy food directly from small producers for families who use politics from social assistance; it involved the public university and other popular entities. The article brings the debate of hunger and its explicit relation to the predatorian model of agriculture, presents the FNS policies legal milestones and the importance of sovereignty food; by the end highlights the execution of the project and its importance.

Hunger
Agrarian issue
Food security
Food sovereignty





Introdução

A fome no Brasil é resultado de uma organização sócio econômica, regida pelos interesses do capital monopolista que faz da terra e do alimento, mercadorias cujos preços são regidos pelo mercado de *commodities*; um país marcado pela condição de dependência econômica, de superexploração do trabalho e da extrema concentração da terra, da riqueza e do poder.

A experiência descrita neste artigo foi voltada para minorar os efeitos deletérios da fome, agravados com a pandemia provocada pelos SARS-CoV-2 e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura camponesa. Tendo como referencial a teoria marxiana, parte-se do entendimento de que para resolver o problema da fome de maneira definitiva é necessária uma profunda transformação neste sistema sócio metabólico do capital (MÉSZÁROS, 2002). Ou seja, é a partir do pressuposto de que as relações capitalistas no campo provocam a fome e devastação ambiental que trazemos a necessidade do debate sobre soberania alimentar. Mas, como a fome é algo urgente e grave, em nível imediato, os avanços trazidos pela legislação na área das políticas e Segurança alimentar e nutricional (e ainda ameaçadas pelo governo Bolsonaro) foram importantes e, quando estas políticas são acompanhadas do debate sobre a questão agrária, podem trazer não apenas ações emergenciais, mas o debate político sobre o tema, como ocorreu na experiência que aqui será descrita.

O projeto “Cestas Verdes: o acesso à alimentação saudável por parte da população vulnerável em Franca” foi executado no município de Franca, interior do Estado de São Paulo, durante a pandemia provocada pelos SARS-CoV-2 em 2020. Ao longo do processo, foi adquirindo e incorporando novos sujeitos tanto em seu financiamento, quanto em sua execução e pôde ao longo destes 8 meses de vigência ampliar o número de pessoas atendidas. A execução desta ação beneficiou os produtores familiares do assentamento “Fazenda Boa sorte”, vinculados à associação Vale do Sapucaí, como também outros pequenos agricultores orgânicos da região vinculados à Cooperativa das Agricultoras e Agricultores Familiares Orgânicos de Claraval (COOPERVAL).

O projeto foi uma iniciativa que começou dentro da Universidade por meio de um grupo de extensão universitária que há 20 anos

**Projeto “Cestas Verdes”:
uma experiência concreta de
Segurança Alimentar e Nutricional**

Raquel Santos Sant’Ana
Gabriel Okubo Awazu Palma
Julia Gusmini



atua no sentido de fortalecer os movimentos sociais e a luta pela terra na região. Quando este grupo foi participar do Comitê Unesp Solidária, no início da pandemia, propôs o projeto que em sua efetivação foi crescendo de maneira a envolver diferentes sujeitos na universidade, no município e fora dele. E por crescer e ganhar visibilidade, hoje, é reivindicado como política pública de SAN junto aos órgãos da prefeitura do município de Franca.

Este artigo apresenta esta iniciativa e mostra como ela foi desenvolvida, bem como os diferentes sujeitos que participaram da proposta. Nosso objetivo é socializar a experiência que pode ser interessante para outros municípios e, também, discutir a necessidade e a urgência de criar políticas de SAN de maneira a contribuir para diminuir as situações de fome e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura camponesa.

Para contextualizar o tema, apresentamos a relação intrínseca entre a fome e a questão agrária no Brasil. O incentivo dado pelo Estado à grande agricultura - hoje travestida pelo nome fantasia de agronegócio-, constrói um modelo agrícola assentado sobre a produção monocultural em larga escala com uso intensivo de agrotóxicos e de produtos voltados para a exportação; em sentido contrário, seguem os movimentos camponeses que trazem o debate sobre soberania alimentar. Apresentamos os marcos legais das políticas de segurança alimentar e nutricional e, por fim, apresentamos em detalhe o funcionamento do projeto “Cestas Verdes” e o envolvimento da universidade pública neste processo.

Soberania e Segurança alimentar: o debate sobre a fome como elemento constituinte da realidade brasileira

Entre 2017 e 2018, um número de 10,3 milhões de famílias brasileiras estavam em situação de insegurança alimentar grave, segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isso coloca o Brasil de volta no mapa da fome com 13,5 milhões de pessoas vivendo na linha de miséria, ou seja, com *per capita* de até U\$1,90 por dia (referência do Banco Mundial para pobreza extrema), segundo Síntese de Indicadores Sociais (SIS) publicado pelo IBGE em 2018; e outros 52,5 milhões na linha da pobreza com US\$5,50 *per capita* por dia, de acordo com o SIS. Viver com estes rendimentos *per capita* significa conviver com a fome cotidianamente. E nestes 66 milhões de pessoas estão

**Projeto “Cestas Verdes”:
uma experiência concreta de
Segurança Alimentar e Nutricional**

Raquel Santos Sant’Ana
Gabriel Okubo Awazu Palma
Julia Gusmini

bebês, crianças, idosos, enfim todas as faixas etárias da classe trabalhadora mais pauperizada, a maior parte dela negra e que vive em lares chefiados por mulheres.

Josué de Castro na década de 1940, em seu livro *A Geografia da Fome* (1980), traz dois conceitos que são fundamentais para pensarmos o fenômeno até os dias atuais: a fome epidêmica e endêmica. O autor entende a fome epidêmica como aquela que é global, ou seja, a que leva o indivíduo à inanição absoluta, que pode ser facilmente observada em contexto de crise duradoura em países com instituições e sistemas de produção instáveis devido às catástrofes naturais, guerras ou extrema pobreza; e coloca a fome endêmica como aquela que é oculta e estrutural, baseada na falta de nutrientes dos regimes alimentares. Esta é menos “visível”, contudo, muito real e concreta.

Ela [a fome] é permanente, pouco espetacular e se reproduz biologicamente: a cada ano, milhões de mães subalimentadas dão à luz milhões de crianças deficientes. A fome estrutural significa destruição psíquica e física, aniquilação da dignidade, sofrimento sem fim. (CASTRO, 1961, p.24)

Em tempos atuais, o avanço das relações capitalistas e seu espraiamento para quase todos os interstícios da vida traz uma nova dinâmica para a vida social. Desde 2008, o capital agudiza uma crise não apenas cíclica, mas estrutural; com isto, novas investidas são feitas para que a taxa de lucro retorne aos patamares necessários à sua reprodução ampliada. A intensificação da apropriação da natureza, as investidas nas políticas públicas sociais, os aumentos da intensidade e da exploração do trabalho e as desregulamentações trabalhistas têm sido os caminhos trilhados por este capital sem pátria que, em forma de *tradings* e *joint ventures*, se espalha sobre os diversos continentes. Isto agrava o quadro da fome com rebatimentos diretos sobre bilhões de seres humanos. Aliás, paralelo à pandemia do SARS-CoV-2, a pandemia da fome se agrava em âmbito mundial. Uma fome que não é mais fruto da escassez de alimentos, mas de um longo processo que há muito tempo permitiu que a comida se tornasse mercadoria privada, cujo preço pode ser regulado pela bolsa de valores.

Atualmente, as duzentas maiores sociedades do ramo agroalimentar controlam cerca de um quarto dos recursos

**Projeto “Cestas Verdes”:
 uma experiência concreta de
 Segurança Alimentar e Nutricional**

Raquel Santos Sant’Ana
 Gabriel Okubo Awazu Palma
 Julia Gusmini



produtivos mundiais. Tais sociedades realizam lucros, geralmente, astronômicos e dispõem de recursos financeiros bem superiores aos dos governos da maioria dos países onde elas operam. Exercem um monopólio sobre o conjunto da cadeia alimentar, da produção à distribuição varejista, passando pela transformação e a comercialização dos produtos. (ZIEGLER, 2013, p.117).

Para discutir a fome e sua expressão concreta, num país como o Brasil, cuja ocupação da produção agrícola está na ordem de 65.913.738 hectares (EMBRAPA TERRITORIAL, 2016), é importante pontuar, mesmo que brevemente, alguns elementos que compõem a questão agrária no Brasil; destacamos também os conceitos construídos no século XX sobre a soberania, a segurança alimentar e seus marcos legais para melhor compreender as ações realizadas num projeto específico como o “Cestas Verdes”.

A Questão agrária: breves apontamentos

As problemáticas da terra presentes no Brasil atual iniciaram-se com a invasão portuguesa no século XVI; desde então, o país convive com a concentração fundiária, onde grandes extensões de terra ficam disponíveis para reserva de valor ou são utilizadas para produzir as chamadas culturas de exportação, exaltadas pelo *superávit* primário que promovem na balança comercial. Ao realizar o balanço histórico, percebe-se que esta é ainda a realidade que predomina no Brasil e isto provoca conflitos permanentes pela disputa da terra. Como afirmam Sant’ana e Massom (2018, p.9): “O modelo agroexportador de produção inerente ao desenvolvimento do capitalismo na formação social brasileira, não eliminou o latifúndio, e historicamente excluiu a classe trabalhadora dos processos decisórios”.

Permaneceram as grandes extensões de terra cultivadas com um único produto e, que por contrariarem a regra mais básica da natureza - que é a diversidade-, após a chamada Revolução Verde, passam a requerer intensa utilização de agrotóxicos para aumentar a produtividade.

Ao longo de todo o percurso histórico é possível identificar que a luta pela terra sempre foi realizada por diferentes sujeitos coletivos que vivem e dependem do campo contra aqueles que mantêm o monopólio da terra. Ainda no que toca a esta questão,

**Projeto “Cestas Verdes”:
uma experiência concreta de
Segurança Alimentar e Nutricional**

Raquel Santos Sant’Ana
Gabriel Okubo Awazu Palma
Julia Gusmini



é necessário lembrar a exploração e opressão que povos indígenas e africanos sofreram, sendo o primeiro povo quase dizimado devido ao sofrimento ou à perseguição decorrente do sistema escravista imposto pelos colonizadores. Os africanos foram retirados brutalmente de seu país. “Ao todo, cerca de 4,9 milhões de africanos foram retirados de seus territórios e trazidos como escravos para o Brasil no trágico processo da diáspora africana.” (Dossiê 27 – Reforma Agrária Popular e a luta pela terra no Brasil, 2020, p.8)

No final do século XIX, devido à intensa resistência e luta dos povos negros, a manutenção do regime escravocrata foi se tornando insustentável. A quilombagem (MOURA, 1988), as tocaias e enfrentamentos foram se tornando cada vez mais frequentes e intensas. Associado a isto, as pressões da Inglaterra sobre o Brasil fizeram com que em 1888 o sistema escravista fosse formalmente abolido.

Após a abolição, a necessidade de braços para o trabalho foi resolvida de maneira a estruturar um dos pilares da desigualdade no Brasil: as camadas dominantes poderiam ter contratado fundamentalmente o trabalho dos negros libertos, mas optaram por “embranquecer o país” e iniciam uma política de imigração e estímulo à força de trabalho imigrante. Este foi um momento importante da construção do que denominamos de racismo estrutural que até hoje traz marcas deletérias para a sociedade brasileira.

A Lei de Terras de 1850 pode ser considerada a precursora do direito à posse da terra, uma vez que antes estas pertenciam à coroa e as concessões eram destinadas a grandes proprietários para viabilizar o manejo da terra (LEME, 2011). O decreto de 1850 colocou o título de compra acima da posse, ou seja, a classe dominante regulariza seu direito à terra enquanto aqueles que de fato a cultivavam ficaram sem a possibilidade de acessá-la.

No Brasil, esta herança cristalizou, no imaginário social, a prática de concentração de terras, um dos principais motivos da desigualdade social, da fome e dos confrontos sangrentos. A lei de terras antecede a abolição da escravatura, aliás, é exatamente porque o regime escravista está em declínio que se estabelece o cativo da terra, pois esta impediria e, de fato

**Projeto “Cestas Verdes”:
uma experiência concreta de
Segurança Alimentar e Nutricional**

Raquel Santos Sant’Ana
Gabriel Okubo Awazu Palma
Julia Gusmini

impediu, que a população negra e pobre acessasse a terra pela via da regularização dos quilombos e ou de pequenas posses e ocupações.

A política de branqueamento trouxe os trabalhadores de diversos países que se dispuseram a vir para cá em função das guerras ou mesmo em busca de uma vida melhor. Mas, novamente, as condições impostas a estes trabalhadores era de extrema exploração; uma vez que mesmo livres ficavam presos aos senhores pelas dívidas contraídas seja em função da viagem ou mesmo pelo fato de terem que comprar os alimentos nos armazéns das fazendas com valores sobretaxados (DAVATZ, 1980).

Diversas lutas e resistências foram construídas pelos indígenas, pelos negros e negras, por diferentes tipos de trabalhadores e trabalhadoras, incluindo os pequenos posseiros, rendeiros, parceiros, assalariados; lutavam pela preservação de seus territórios, pelo acesso à terra ou por melhores condições de trabalho. Entre 1940 e 1960, é bastante expressivo desta luta o movimento das Ligas Camponesas, que representou diversos segmentos das massas camponesas (STEDILLE, 2006).

O modelo hegemônico de agricultura vigente no Brasil atual se instaura com a chamada revolução verde, realizada entre as décadas de 1960 e 1970, (MONTENEGRO, 2012) e que se fortaleceu ao longo dos anos recebendo os aportes prioritários dos créditos agrícolas e de toda tecnologia produzida. Difundiu-se a premissa de que tal revolução iria promover um desenvolvimento significativo nas atividades rurais. No entanto, os resultados foram outros, tal renovação no campo só foi realizada para contribuir com a monocultura e o agronegócio, favorecendo dessa maneira os latifundiários, a empresa capitalista e o modelo agroexportador. Além disso, fora a partir deste processo – a revolução verde – que os agrotóxicos foram incorporados ao sistema agrícola, corroborando assim não apenas com a contaminação do solo e a expulsão de milhares de agricultores, mas, sobretudo, com o adoecimento da população brasileira, uma vez que os agrotóxicos são agentes de diversas doenças. A revolução verde não contribuiu com o desenvolvimento do campo em sentido amplo, ao contrário, favoreceu ao

aumento da concentração da renda e da terra, exploração da mão-de-obra no campo, envenenamento dos agricultores, migração para as

**Projeto “Cestas Verdes”:
uma experiência concreta de
Segurança Alimentar e Nutricional**

Raquel Santos Sant’Ana
Gabriel Okubo Awazu Palma
Julia Gusmini

idades. E também as consequências ambientais, como, por exemplo, contaminação dos ecossistemas, compactação do solo. (ANDRADES, 2007, p.2).

Para além das melhorias tecnológicas, propagou-se o argumento de que com a revolução verde a fome iria diminuir, porém tal afirmação era apenas mais uma falácia, visto que os grandes latifúndios, quando produtivos, direcionam seu cultivo para atender ao mercado externo e não interno, ou seja, não se preocupam com a produção do alimento e sim com os lucros, portanto, não se preocupam, em enfrentar a fome.

No Brasil, as discussões sobre a questão da fome foram fortalecidas em 1990 com a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e, posteriormente, em 2001, criou-se o programa Fome Zero. Em 15 de setembro de 2006 nasce o Sistema de Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)¹ e é garantido legalmente que

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população (BRASIL, 2006).

“A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano” é com base nesta determinação que se inicia o segundo artigo da lei citada acima, porém, após 14 anos da criação do SISAN, o atual governo Bolsonaro inicia medidas de desmobilizações e desmontes dos direitos conquistados. Um dos principais exemplos é a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), realizado pelo então presidente.

Por meio da Medida Provisória nº 870 (MP 870) editada pelo presidente Jair Bolsonaro em seu primeiro dia de governo, o CONSEA foi extinto, o que fragiliza sobremaneira o funcionamento do SISAN e compromete processos de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada em todas as esferas de governo (CASTRO, 2019, p.2).

Contudo, mesmo com a extinção do órgão federal, as entidades populares, universidades públicas e movimentos sociais mantêm

**Projeto “Cestas Verdes”:
uma experiência concreta de
Segurança Alimentar e Nutricional**

Raquel Santos Sant´Ana
Gabriel Okubo Awazu Palma
Julia Gusmini

a pauta da luta por soberania e segurança alimentar nos estados e municípios. Ou seja, apesar do ataque institucional por parte da presidência, as demandas sociais pela alimentação adequada, saudável e acessível são tão grandes que levam a articulação das entidades populares no sentido de reivindicar o direito de todos e todas e exigir que o Estado assuma o seu papel de garantidor de políticas públicas de SAN.

O Debate sobre a fome a partir dos marcos conceituais e legais vigentes

Além das importantes contribuições de Josué de Castro, é necessário destacar a maneira como o problema da fome foi objeto de discussão junto aos organismos internacionais, pois isto teve grande impacto no debate e nos marcos legais construídos em nível nacional. O debate dos termos Segurança Alimentar e Soberania Alimentar, apesar de compartilharem o objetivo de garantir o direito à alimentação, apresentam diferenças bastante emblemáticas e políticas em suas formulações.

O termo Segurança Alimentar ganha destaque e maior concretude enquanto estratégia de combate à fome no âmbito internacional com a Declaração Universal sobre a Erradicação da Fome e Desnutrição (DUEFD) aprovada pela Conferência Mundial da Alimentação em 1974. Mas porque o conceito se concretiza no meio internacional na década de 70?

Hoyos e D'Agostini (2017) abordam que a Assembleia Geral das Nações Unidas convoca a Conferência Mundial da Alimentação (CMA) em 1974, num contexto de avanço da Revolução Verde, crise do petróleo e instabilidade dos preços dos cereais. O enfoque principal do encontro foi a fome nos países “em desenvolvimento” e, a partir daí, a CMA interpretou que esta era um problema causado pelas desigualdades sociais, reflexos do colonialismo e da discriminação racial; além disso resultava também da crise econômica mundial, fruto da alta dívida externa dos países “em desenvolvimento”, deterioração do sistema monetário internacional junto à baixa oferta de cereais e do aumento nos custos de produção e importação de alimentos.

Assim, a DUEFD estabelece a Segurança Alimentar como proposta de reformulação das práticas internacionais de comercialização e produção de alimentos, dando enfoque,

**Projeto “Cestas Verdes”:
uma experiência concreta de
Segurança Alimentar e Nutricional**

Raquel Santos Sant’Ana
Gabriel Okubo Awazu Palma
Julia Gusmini

portanto, à capacidade de compra dos países emergentes e aos sistemas de produção agrícola industrial. Posteriormente, a concepção de Segurança Alimentar foca na capacidade de consumo individual e considera o caráter nutricional dos alimentos. Contudo, a Declaração de 1974, a qual formaliza inicialmente a Segurança Alimentar no meio internacional, também afirma

Todos os países desenvolvidos e outros capazes de o fazer devem colaborar [...] a fim de alargar os recursos geodésicos e hídricos para a produção agrícola e de assegurar um rápido aumento da disponibilidade, a um preço justo, de fatores de produção agrícola como fertilizantes e outros produtos químicos, sementes de alta qualidade, crédito e tecnologia. (ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 1973, p.5).

Com esta concepção incentiva-se a revolução verde, conseqüentemente, a modernização da agricultura a partir da lógica do capital e, portanto, voltada para produção em larga escala; ou seja, a fome não é tratada como um problema estrutural do sistema capitalista.

A erradicação da fome é apresentada como decorrente da mecanização do setor agrícola, do uso de insumos com alto teor de produtos químicos e sementes transgênicas com a finalidade de aumentar a produtividade e diminuir o tempo de produção. Este pensamento não foi só destacado na abordagem da Segurança Alimentar, mas também foi bastante explorado pelos pensadores da Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL), criada pela ONU em 1948. Segundo a CEPAL, a superação do subdesenvolvimento dos países emergentes estaria baseada no incremento da produção agrícola.

De acordo com Pellegrini (2000), Raúl Prebisch, membro da CEPAL, foi um dos responsáveis por discutir a superação do subdesenvolvimento dos países periféricos produtores de matéria-prima frente à dominação do mercado industrial e tecnológico por parte dos países centrais. O autor destaca que, segundo Prebisch, seria determinante a modernização do setor agrícola para o desenvolvimento da periferia, pois os países de base agrícola deveriam cumprir sua função de fornecedores de alimentos e matéria-prima. Contudo, somente através de um processo de reforma agrária com subsídio estatal para produção

**Projeto “Cestas Verdes”:
uma experiência concreta de
Segurança Alimentar e Nutricional**

Raquel Santos Sant’Ana
Gabriel Okubo Awazu Palma
Julia Gusmini



e para manutenção da mão de obra rural que isto seria possível tendo em vista os elevados níveis de concentração fundiária, falta de estrutura no setor rural e altos índices de desemprego nos países emergentes. Ou seja, o debate cepalino avança no sentido de incentivar as reformas do setor agrícola, em especial a desconcentração fundiária, mas mantém a ênfase na chamada modernização da agricultura a partir da lógica do capital.

Por sua vez, a Soberania Alimentar tem a sua origem na declaração de Tlaxcala, na II Conferência Internacional da Vía Campesina (II CICV) em 1996; na realidade é uma reação frente às políticas neoliberais sobre a alimentação conduzidas por organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Nesta conferência, coletivos de pequenos agricultores, camponeses e indígenas analisam que a crise de produção alimentar é uma consequência do modelo econômico capitalista financeirizado. Assim, nasce a abordagem da Soberania Alimentar promovida principalmente por articulação dos movimentos sociais. (VIA CAMPESINA, 1996)

Segundo a Via Campesina, o objetivo da Soberania Alimentar é a construção de alternativas de produção e comercialização de alimentos, retomando o controle de sementes por parte dos produtores e defendendo uma relação de trabalho não-exploratória. A proposta de Soberania Alimentar foi discutida, posteriormente, no Fórum paralelo à Cúpula Mundial de Alimentos em 1996. Mas somente em 2007 no Fórum Mundial de Soberania Alimentar em Nyéléni, é que há um aprofundamento do conceito com o intuito de disseminar sua importância, mesmo que ainda seja um conceito inacabado.

A soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica e o direito de decidir o seu próprio sistema alimentar e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas. Defende os interesses das gerações atuais e futuras. Oferece-nos uma estratégia para resistir e desmantelar o comércio livre e corporativo e o regime alimentar atual; orienta prioritariamente os sistemas alimentares, agrícolas, pastoris e de pesca para as economias locais e os mercados locais e nacionais;

**Projeto “Cestas Verdes”:
uma experiência concreta de
Segurança Alimentar e Nutricional**

Raquel Santos Sant’Ana
Gabriel Okubo Awazu Palma
Julia Gusmini





outorga o poder aos camponeses, à agricultura familiar, a pesca artesanal e o pastoreio tradicional; coloca a produção alimentar, a distribuição e o consumo como bases para a sustentabilidade do meio ambiente, social e econômica. Promove o comércio transparente, de forma a garantir condições de vida dignas para todos os povos e o direito dos consumidores de controlarem a própria alimentação e nutrição. Garante que os direitos de acesso e a gestão da nossa terra, territórios, águas, sementes, animais e a biodiversidade estejam nas mãos daqueles que produzem os alimentos. A soberania alimentar supõe novas relações sociais livres de opressão e desigualdades entre homens e mulheres, grupos étnicos, classes sociais e gerações. (FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY, 2007, p.1).

Mesmo que os organismos internacionais problematizem, em âmbito internacional, a produção de alimentos, suas medidas práticas não incidem sobre as relações estruturais responsáveis pela reprodução da fome - sejam as organizações que abordam especificamente a questão da alimentação, como a FAO, sejam as que mediam as relações comerciais entre Estados, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Estes organismos representam, em grande medida e apesar das tensões que abarcam, a forma que esta sociabilidade regida pelos interesses do capital encontrou para construir pactos e, com isto, gerir os problemas decorrentes do sistema capitalista para que ele melhor se reproduza e se fortaleça.

Analisando o processo histórico de desenvolvimento do capital nos países latino-americanos sob a ótica da teoria marxista da dependência, a condição de países como o Brasil é de subalternidade na Divisão Internacional do Trabalho. Isso significa que exportamos bens primários, ou seja, ofertamos alimentos no mercado internacional, enquanto servimos de consumidores aos produtos industrializados. Fazemos parte de etapas consideradas inferiores do processo de produção industrial onde os produtos disponibilizados, apesar de fundamentais, possuem menor valor agregado e, com isso, contribuimos de maneira mais intensa para o processo de acumulação do capital de outros.²

Mas é importante destacar, que paradoxalmente, como resultado dos embates e disputas hoje existentes, as organizações como a FAO e seu segmento Comitê de Segurança Alimentar apontam

**Projeto “Cestas Verdes”:
uma experiência concreta de
Segurança Alimentar e Nutricional**

Raquel Santos Sant’Ana
Gabriel Okubo Awazu Palma
Julia Gusmini



em suas recomendações políticas aos Estados que é necessária a transição de sistemas agroalimentares com base na monocultura para sistemas com base agroecológica. No entanto, não são pontuadas as relações de poder decorrentes da lógica da acumulação do capital; com isto o problema da fome encontra soluções ilusórias de ação coletiva entre nações, sociedade civil e setor privado, ou seja, ganham destaque as soluções na dimensão do mercado e a questão estrutural acerca da reprodução da fome não é enfrentada.

Após as duas grandes guerras mundiais o debate sobre segurança alimentar intensificou-se, especialmente durante as décadas de 1970-80, e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) promoveu a primeira Conferência Mundial sobre Segurança Alimentar. Na época, o grande destaque foi sobre a “Revolução Verde” e em como a introdução de máquinas no campo e o uso de agrotóxicos seriam favoráveis ao aumento da produção agrícola; percebe-se que, no Brasil, essa lógica atendeu plenamente aos interesses do capital e, ao mesmo tempo, serviu para o agravamento da questão agrária e da desigualdade no campo e na cidade.

Até os tempos presentes é a grande agricultura capitalista que tem ficado com a maior parte dos financiamentos públicos, que mantêm a terra concentrada e que faz uso intensivo de agrotóxicos; agora sob a denominação de agronegócio, este modelo de agricultura continua a produzir para exportação enquanto as disputas e conflitos agrários seguem se avolumando, e o mais grave: milhões de pessoas seguem vivenciando continuamente o drama da fome.

Durante o período de 2019 a safra de soja, principal produto agrícola do país, alcançou a quantidade de 113.488.489 toneladas; a de cana-de-açúcar atingiu o patamar de 667.532.475 toneladas; e a segunda safra de milho resultou em 74.580.128 toneladas produzidas (IBGE, 2020). O agronegócio, via de regra, cultiva em grandes propriedades uma só cultura; seus principais produtos são a cana-de-açúcar, soja, milho, trigo, café, carne bovina e laranja. A agricultura familiar representa 77% dos estabelecimentos rurais, em que se somam 23% da área total de propriedades agropecuárias (IBGE, 2019) com uma produção bastante diversificada composta pela produção de milho, raiz

**Projeto “Cestas Verdes”:
uma experiência concreta de
Segurança Alimentar e Nutricional**

Raquel Santos Sant’Ana
Gabriel Okubo Awazu Palma
Julia Gusmini

de mandioca, pecuária leiteira, gado de corte, feijão, cana, arroz, suínos, aves, café, trigo, fruticulturas e hortaliças.

Os dados demonstram um nível intenso de concentração fundiária junto a grandes áreas plantadas no modelo de monocultura, cuja produção é normalmente exportada enquanto *commodity*. De acordo com cálculos sobre distribuição de financiamentos entre pequenas e grandes propriedades rurais tendo como base o número de estabelecimentos e a participação no valor da produção, conclui-se que “enquanto os 50% menores estabelecimentos empregam cerca de apenas 6,5% do total de financiamentos, os 5% maiores utilizam quase 63%.” (SOUZA; NEY; PONCIANO, 2015, p. 251)

É evidente que este modelo de produção e financiamento tem rebatimento direto sobre aqueles que produzem e os trabalhadores de uma maneira geral: de um lado a riqueza concentrada na mão de poucos, de outros milhões de pessoas vivendo entre a linha da pobreza extrema e da miséria.

O Compromisso da Universidade com combate à fome

O projeto “Cestas Verdes” nasce do Espaço Agroecológico que é uma ação desenvolvida pelo grupo de extensão comunicativa e popular Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) no campus da Unesp-Franca.³ Esta atividade é fruto da dedicação dos produtores rurais que trabalham juntamente com os membros do grupo de extensão para ultrapassar as barreiras do governo que dificultam o acesso aos alimentos provenientes da agricultura familiar.

Sendo assim, a Feira da Reforma Agrária a ser realizada na universidade se coloca como alternativa de fortalecimento dos pequenos produtores assentados, já que garante espaço público para escoação da produção, gerando renda, aumentando e fortalecendo a participação social, a produção sustentável e a ampliação da qualidade de vida dos/as trabalhadores/as do campo. (NATRA, 2018, p. 160)

No Espaço Agroecológico, além dos alimentos provenientes da reforma agrária, é realizada uma roda de conversa entre os frequentadores, assentados e o grupo que organiza a atividade. Os debates trazem as dificuldades, as potências, os problemas enfrentados pelos assentados e, ao mesmo tempo, possibilitam

**Projeto “Cestas Verdes”:
uma experiência concreta de
Segurança Alimentar e Nutricional**

Raquel Santos Sant’Ana
Gabriel Okubo Awazu Palma
Julia Gusmini



desconstruir os estereótipos existentes sobre os membros do MST e dos assentamentos rurais; também se discute segurança e soberania alimentar, questão agrária, agroecologia, educação do campo, enfim temas que procuram evidenciar a realidade agrária e a importância dos movimentos sociais rurais e da reforma agrária. O “Espaço” conta com interações culturais, como música, poesia e pinturas realizadas pelos discentes.

Devido a pandemia a “feirinha do NATRA” (como é conhecida popularmente), teve suas atividades encerradas quando as aulas foram suspensas. A partir de então, o NATRA passa a buscar alternativas para dar continuidade a seu trabalho. A experiência desenvolvida na realização do Espaço Agroecológico já garantia o vínculo com os produtores rurais e um certo acúmulo no debate sobre segurança e soberania alimentar desenvolvido por meio dos estudos e da participação no Fórum Regional de Segurança Alimentar e Nutricional da região de Franca.

Com este propósito, o grupo passa a compor o “Comitê UNESP Solidária”, o qual envolve discentes, docentes e servidores da universidade com o objetivo de realizar diversas ações com a comunidade francana no período da pandemia de SARS-CoV-2. A coordenadora do NATRA propõe a este comitê a execução do projeto “Cestas Verdes” que deveria arrecadar dinheiro em campanhas de solidariedade e, com os recursos, comprar cestas de alimentos da reforma agrária para serem entregues às famílias de baixa renda e que tinham tido sua situação agravada pela pandemia.

O Comitê aceitou a proposta, mas acrescentou a ela outra que era o “Drive-Thru da Solidariedade” que previa a arrecadação de produtos industrializados para a montagem de cestas básicas. Convencionou-se ainda que a destinação das cestas (de alimentos *in natura* e dos industrializados) seria para a Secretaria de Ação Social e Desenvolvimento do Município que tinha o cadastro de famílias em situação de maior dificuldade econômica e social.

A participação no “Drive-Thru da Solidariedade” foi uma atividade importante, não só pelo debate sobre segurança alimentar que foi realizado no Comitê, mas também porque este grupo, depois, passou a destinar suas arrecadações em dinheiro para o projeto “Cestas Verdes”, conforme será descrito a seguir.

**Projeto “Cestas Verdes”:
uma experiência concreta de
Segurança Alimentar e Nutricional**

Raquel Santos Sant’Ana
Gabriel Okubo Awazu Palma
Julia Gusmini





A partir disso, com o desenrolar da pandemia no município, com aumento do número de famílias em situação de insegurança alimentar e com a possibilidade de participar de editais de financiamento público para ações emergenciais durante o período destacado, o NATRA como integrante do Fórum Regional de Soberania e Segurança Alimentar de Franca (FRSSAN), propôs a incorporação do projeto “Cestas Verdes” por este coletivo para que pudesse concorrer ao edital da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), o que foi aceito pelo Fórum. A partir deste momento o Projeto “Cestas Verdes” amplia o seu foco e passa a compor outro objetivo fundamental: defender uma política de SAN por parte do município de Franca.

O projeto foi contemplado no edital da FIOCRUZ, porém no seu desenvolvimento envolveu outros parceiros na construção da atividade, o que possibilitou que continuasse sendo realizado quando o financiamento do edital acabou; destacamos em especial a participação do outro grupo de extensão, o Margaridas Alves, que passou a contribuir diretamente na execução das atividades. A atividade do “drive thru” que compunha o Comitê UNESP Solidária, em julho, discute o encerramento de suas ações e propõe que todas as arrecadações fossem destinadas ao projeto “Cestas Verdes”. Novas campanhas foram realizadas e ao todo o projeto recebeu mais de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) em arrecadações solidárias neste período.

O projeto “Cestas Verdes” teve seu funcionamento da seguinte forma: toda semana comprávamos os alimentos produzidos pelos produtores familiares que montam as cestas verdes. Os produtores podiam colocar qualquer produto, mas necessariamente toda cesta grande deveria conter frutas, legumes e verduras e pesar de 8 a 10 quilos; as pequenas variavam apenas no peso (4 a 5 quilos), mantendo a diversidade. Eram entregues cerca de 50 cestas (20 grandes e 30 pequenas) semanais e cada uma com custo de R\$30,00. Os agricultores envolvidos na produção das cestas foram da Associação Vale do Sapucaí, assentamento “Fazenda ‘Boa Sorte’”, e da Cooperativa das Agricultoras e Agricultores Familiares Orgânicos de Claraval (COOPERVAL). Eles entregavam num local estabelecido pela prefeitura e, posteriormente, as cestas eram distribuídas às famílias inscritas no Cadastro Único, através da sistematização feita pela Secretaria de Ação Social do município de Franca. Todas

**Projeto “Cestas Verdes”:
uma experiência concreta de
Segurança Alimentar e Nutricional**

Raquel Santos Sant’Ana
Gabriel Okubo Awazu Palma
Julia Gusmini



as medidas realizadas seguem os cuidados com o distanciamento social e os protocolos de segurança; e o projeto incluiu a entrega de máscaras de EPI e Álcool em gel aos envolvidos, assim como vídeos de orientação e prevenção ao vírus SARS-CoV-19 realizados pelas profissionais de saúde da UNESP. As máscaras foram feitas por uma assentada que é costureira e seguiu as orientações do Instituto FIOCRUZ.

Os/as integrantes de dois grupos de extensão (NATRA e Margaridas Alves), envolvidos diretamente na execução do projeto das cestas verdes, toda semana se revezavam para fotografar as cestas e colocar panfletos informativos/educativos (estes eram enviados dentro de plásticos que podiam ser higienizados). Os panfletos ou “folders” apresentavam diversos assuntos através de uma linguagem acessível, construídos na perspectiva da educação popular e tratavam de temas preventivos a SARS-CoV-2, como a importância do distanciamento social, das práticas de higiene pessoal e de alimentos, do uso de equipamento EPI, do significado das diferentes fases dos municípios na ocorrência da doença. Do outro lado do folder discutiam a importância da agricultura familiar e da reforma agrária, a necessidade de uma política de SAN no município, as relações de gênero no cotidiano das famílias, o racismo, o aumento de casos de violência doméstica e temas diversos envolvendo a questão agrária. Neste mesmo lado do panfleto seguiam ainda receitas incluindo ingredientes com os alimentos entregues naquela cesta para que houvesse estímulo ao melhor aproveitamento e a diversidade de pratos.

É importante mencionar ainda que outros 5 grupos de extensão universitária se envolveram com o projeto construindo materiais educativos sobre outros temas mais relacionados ao seu trabalho de extensão. Estes panfletos foram entregues de forma menos sistemáticas, mas foram importantes ao abordar temas como, violência contra mulher, acesso ao vestibular e à universidade, como acessar serviços de auxílios durante a pandemia, atividades infantis em isolamento social, cidadania, importância de políticas de SAN, racismo e estruturas racializadas na sociedade, “cyberbullying”; alimentação adequada e saudável e movimentos sociais rurais.

Com isso, o projeto “Cestas Verdes” conseguiu viabilizar a alimentação com alto valor nutricional para uma parte das famílias em situação de pobreza no município de Franca durante

**Projeto “Cestas Verdes”:
uma experiência concreta de
Segurança Alimentar e Nutricional**

Raquel Santos Sant’Ana
Gabriel Okubo Awazu Palma
Julia Gusmini

um período emergencial e manteve o contato com elas por meio dos panfletos educativos. Foram entregues 1.392 cestas a 640 famílias. Durante quase três meses quando a prefeitura deixou de entregar as cestas básicas, este foi o único alimento distribuído às famílias.

Porém, é preciso destacar que além deste objetivo tão relevante de levar o alimento para quem tem fome, este projeto evidenciou algo mais: a viabilidade deste tipo de política de SAN no município. Temos agricultores familiares que produzem com baixo ou nenhum nível de insumos químicos e que podem fornecer o alimento; existe organização da Secretaria de Ação Social para viabilizar a entrega; existe a parceria entre diversas entidades da sociedade civil e da universidade no sentido de construir um diálogo permanente sobre segurança alimentar e nutricional no município. Só depende de vontade política para o financiamento e execução direta pelo poder público, de maneira a tornar o projeto “Cestas Verdes” uma política pública de Segurança Alimentar e Nutricional em Franca.

Destacamos, por fim, que assim como no município de Franca esta ação foi viável, entendemos que em milhares de municípios ela poderia ocorrer pois a fome é hoje uma nova epidemia que perpassa o país; daí a necessidade e urgência das ações e políticas de SAN. No Brasil, a presença da agricultura familiar e camponesa em quase todas as regiões permite que esta compra direta seja facilmente viabilizada e, para isto é fundamental que os Conselhos de SAN e outras entidades populares se organizem para propor projetos desta natureza, aliás como já ocorre em diversos municípios brasileiros.

Considerações finais

Difundir e apresentar a importância e viabilidade do projeto “Cestas Verdes” no município de Franca, interior de São Paulo, como uma atividade no campo de Segurança Alimentar e Nutricional é algo importante, pois no país existem muitos municípios em condições de executar algo semelhante e, isto é fundamental do ponto de vista da saúde da população. Levar alimentos saudáveis às famílias com menor poder aquisitivo é algo fundamental; associar a isto a compra direta que retira intermediadores e que fortalece a pequena agricultura é algo estrutural do ponto de vista do debate das políticas de segurança alimentar.

**Projeto “Cestas Verdes”:
uma experiência concreta de
Segurança Alimentar e Nutricional**

Raquel Santos Sant’Ana
Gabriel Okubo Awazu Palma
Julia Gusmini

Mas é importante apreender que o debate sobre a carência de alimentos, ou sobre a fome, tem relação direta com a questão agrária, ou seja, está diretamente conectado com o modelo hegemônico da produção agrícola voltada para beneficiar a grande agricultura capitalista. Daí a necessidade de abordar os conflitos pela posse e uso da terra e não só apresentar a linha histórica da pobreza de uma parcela da classe trabalhadora, mas também o modo como isso se reproduz em um sistema que visa acima de tudo a acumulação ampliada do capital concentrada na mão de poucos.

Trazer os conceitos de Segurança e Soberania Alimentar é parte do debate que envolve a fome e as propostas de sua erradicação em termos planetários. O papel importante dos organismos internacionais não pode criar expectativas ou ofuscar seus limites, já que estes são espaços em disputa, tensionados, mas que compõem a estrutura de funcionamento desta ordem sócio metabólica do capital (MESZÁROS, 2002).

Daí a necessidade de reconstruir a história da sociedade brasileira e relacionar o grave quadro que envolve as questões relacionadas à terra e sua distribuição com as formas de produção e com a fome e sua difusão. Este é um debate fundamental para aqueles que atuam nas políticas de Segurança Alimentar em nível local e regional, pois é uma forma de ampliar as possibilidades de discussão não apenas sobre segurança, mas também sobre soberania alimentar.

O projeto “Cestas Verdes” evidencia também a importância da atuação dos coletivos universitários, do FRSSAN e dos seus diferentes parceiros: Secretaria de Ação Social, IPRA, do “Comitê UNESP Solidária” e do Instituto FIOCRUZ. Atualmente, juntos seguem na reivindicação pela incorporação por parte do município desta política de SAN.

Referências Bibliográficas

ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução Verde e a Apropriação Capitalista. *CES Revista Juiz de Fora*, 2007. Disponível em: <https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2020. p.2.

Dossiê 27 – Reforma Agrária Popular e a luta pela terra no Brasil.

**Projeto “Cestas Verdes”:
uma experiência concreta de
Segurança Alimentar e Nutricional**

Raquel Santos Sant’Ana
Gabriel Okubo Awazu Palma
Julia Gusmini

- A Reforma Agrária Popular e Luta Pela Terra no Brasil.* Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. Abril de 2020.
- ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal sobre a Erradicação da Fome e Mal-nutrição (DUEFD)*. Adotada em 16 de novembro de 1974 pela Conferência Mundial sobre a Alimentação convocada nos termos da resolução 3180 (XXVIII) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 17 de dezembro de 1973. Disponível em: <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/decl-erradicacaofome.pdf>. Acesso em: 10 mar 2021.
- Brasil: Aspectos Gerais. The World Bank, 2018. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/overview>. Acesso em: 13 dez 2020.
- BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Agricultura Familiar*. 26 ago 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>. Acesso em: 15 dez 2020.
- BRASIL, LEI 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm. Acesso em: 11 dez. 2020.
- BRASIL. LEI 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm#:~:text=Cria%20o%20Sistema%20Nacional%20de,adequada%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 11 dez. 2020.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. *Agroecologia. Enfoque científico e estratégico. Agroecol. e Desenv.Rur.Sustent.*, Porto Alegre, v.3, n.2, abr./junh.2002. Disponível em: https://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3_n2/revista_agroecologia_ano3_num2_parte04_opinio.pdf. Acesso em: 12 dez. 2020.
- CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, e00009919, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000200101&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 dez. 2020. Epub Fev 11, 2019. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00009919>.

**Projeto “Cestas Verdes”:
uma experiência concreta de
Segurança Alimentar e Nutricional**

Raquel Santos Sant’Ana
Gabriel Okubo Awazu Palma
Julia Gusmini

- CASTRO, Josué. *Geopolítica da Fome*. São Paulo: Brasiliense. 6.ed. 1961. 2 vol. p. 24.
- _____. *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: Antares, Achiamé, 1980.
- CFS - Committee on World Food Security. *CFS Policy Recommendations on Agroecological and Other Innovative Approaches for Sustainable Agriculture and Food Systems that Enhance Food Security and Nutrition*. 2020. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/cfs/Docs1920/Agroecology_an_other_innovative/CFS_Agroecological_innovative_approaches_Draft_One.Rev1.pdf>. Acesso em: 12 dez 2020.
- DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil*(1850). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.
- EMBRAPA.NASA confirma dados da Embrapa sobre área plantada no Brasil, 2016. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/30972114/nasa-confirma-dados-da-embrapa-sobre-area-plantada-no-brasil>>. Acesso em 10 mar. 2021.
- FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY. Declaração de Nyéléni. Nyéléni, 2007. Disponível em:<https://www.cidac.pt/files/5514/2539/9126/Declarao_de_Nylny.pdf>. Acesso em: 12 dez 2020.
- HOYOS, Claudia Janet Castaño; D'AGOSTINI, Adriana. *Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: Convergências e Divergências*. Presidente Prudente: NERA, 2017. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4855>>. Acesso em: 09 mar 2021.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de orçamentos familiares: 2017-2018: Análise da Segurança Alimentar no Brasil / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- _____. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.
- _____. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- _____. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - novembro 2020. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/lspa/brasil>>. Acesso em: 15 dez 2020.
- _____. Censo agropecuário: resultados definitivos 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- INCA- Instituto Nacional de Câncer. Agrotóxico. Disponível em:

**Projeto “Cestas Verdes”:
 uma experiência concreta de
 Segurança Alimentar e Nutricional**

Raquel Santos Sant´Ana
 Gabriel Okubo Awazu Palma
 Julia Gusmini

- <<https://www.inca.gov.br/exposicao-no-trabalho-e-no-ambiente/agrotoxicos>> Acesso em: 11 dez. 2020.
- LEME, Marisa Saenz. Política de terras, latifúndio e projetos de reforma: colonialismo, iluminismo e projetos liberais. *R-IHGB*, VOL. 451, SÉRIE 172, 2011.
- MASSON, Gabriela Abrahão. A reforma agrária como uma política pública de desenvolvimento- ou política social? Uma análise a partir dos assentamentos rurais “Tereza do Cedro” e “Dandara” no município de Uberaba/MG / Gabriela Abrahão Masson. – Franca 2016. *Tese (Doutorado em Serviço Social)*. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do Capital*. São Paulo, Boitempo editorial. 2002.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo, Editora Ática. 1988.
- MONTENEGRO, A. (2012). As Ligas Camponesas às vésperas do Golpe de 1964. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 29(02).
- PELLEGRINI, A.C.G.T. “As Ideias da Cepal sobre a Questão Agrária Latino-Americana”. *Economia*, Curitiba, n. 24, p. 73-88, 2000. Editora da UFPR.
- SAN’TANA, Raquel Santos; MASSON, Gabriela Abrahão. Serviço Social e questão agrária: um debate necessário ao fortalecimento da direção crítica do projeto ético-político-profissional. *SERV. SOC. REV.*, LONDRINA, V. 21, N.1, P. 195-216, JUL. /DEZ. 2018, p. 9.
- SILVEIRA, Ricardo de Jesus. O Legado Dos Movimentos Sociais Dos Anos 70-80. *Rev. Mediações*, Londrina, v. 5, n. 1, p. 79-94, jan./jun. 2000.
- Síntese Ocupação e Uso das Terras no Brasil. Embrapa Territorial. Embrapa. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/car/sintese>>. Acesso em: 15 dez 2020.
- SOUZA, Alessandra Silva de. Um Debate Acerca Da Soberania Alimentar E Da Agroecologia: um desafio de percepção e de prática. Ou, de que lado é o meu quintal? *Revista Pegada Eletrônica*, Presidente Prudente, vol. 10, n. 1, 30 junho 2009. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1682>>. Acesso em 11 dez. 2020.
- SOUZA, Paulo Marcelo de; NEY, Marlon Gomes; PONCIANO, Niraldo José. Análise da Distribuição dos Financiamentos Rurais entre os Estabelecimentos Agropecuários Brasileiros.

**Projeto “Cestas Verdes”:
 uma experiência concreta de
 Segurança Alimentar e Nutricional**

Raquel Santos Sant’Ana
 Gabriel Okubo Awazu Palma
 Julia Gusmini

Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 53, n. 2, p. 251-270, June 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032015000200251&lng=en&nrm=iso>. acesso em 16 Dec. 2020. <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005302004>.

STEDILE, João Pedro. *Questão agrária no Brasil v. 4. História e natureza das Ligas Camponesas, 1954-1964*. São Paulo; Expressão Popular; 2006.

TEIXEIRA, Leile. O Valor da Fome no Brasil: Entre as necessidades humanas e a reprodução do capital. (Tese de doutorado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

VIA CAMPESINA. “*La Declaración de Tlaxcala de la Via Campesina*”. Tlaxcala, 1996. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/18934/17558>>. Acesso em: 09 mar 2021.

WAISSMANN, William. Agrotóxicos e doenças não transmissíveis. *Ciênc. Saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, pág. 20-21, março de 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 de dezembro de 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232007000100005>.

CARMO. O. A; CARVALHO. D, O; SANT’ANA. R. S; SARAIVA. L. F. Extensão Comunicativa e Popular e o debate sobre agroecologia: a interlocução do Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA). In: VII Simpósio de Questão Agrária do NATRA: Movimentos sociais, Agroecologia e Soberania Alimentar, 2., 2018, Franca. *Anais [...]* Franca: Unesp, 2018, pág. 160.

ZIEGLER, Jean. *Destruição em massa: geopolítica da fome*. São Paulo: Cortez, 2013, p. 117.

Notas

1 É importante destacar que ambos os projetos mencionados foram construídos pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que esteve no poder de 2003 a 2016. [voltar]

**Projeto “Cestas Verdes”:
 uma experiência concreta de
 Segurança Alimentar e Nutricional**

Raquel Santos Sant’Ana
 Gabriel Okubo Awazu Palma
 Julia Gusmini

2 Ao discutir o valor da fome no Brasil, Teixeira aborda a Divisão Internacional do Trabalho segundo elementos propostos pro Marini no seguinte trecho: “a superexploração do trabalho a partir da América Latina é a essência desse processo. Marini (2005, p.156) identifica três mecanismos pelos quais isso ocorre: o aumento da intensidade do trabalho, o aumento da jornada de trabalho e a redução do consumo dos trabalhadores abaixo do seu limite normal. Esses mecanismos reunidos configuram uma forma de produção fundada exclusivamente na maior exploração dos trabalhadores e não no desenvolvimento das capacidades produtivas. Isso ocorre devido ao baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas em relação aos países de capitalismo avançado, mas também, pela especificidade das atividades desenvolvidas na divisão internacional do trabalho, que cabe à América Latina” (2015, p.101). [voltar]

3 O grupo existe desde 1997 e participa ativamente ao lado dos movimentos sociais, sobretudo, o Movimento Sem Terra (MST) da luta pela reforma agrária, por educação popular no campo e, atualmente, tem fortalecido as ações voltadas para garantir a Soberania e Segurança Alimentar. [voltar]



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em maio de 2021 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).